

O território em tempos de globalização

Rogério Haesbaert e Ester Limonad*

RESUMO

Este trabalho é uma introdução ao estudo das novas territorialidades emergentes neste final de século, época que tantas vezes é definida como aquela marcada por um processo que, genericamente, convencionou-se denominar de globalização. Esboça-se uma síntese das principais linhas de interpretação ainda hoje vigentes sobre este conceito (ou

noção), incluindo a proposta para uma caracterização das múltiplas faces do território, verificando como se manifestam novas territorialidades como o território-mundo no âmbito dos processos de globalização/fragmentação.

PALAVRAS-CHAVE:

Globalização/Fragmentação; Território; Territorialidade; Rede.

Este trabalho é uma introdução ao estudo das novas territorialidades emergentes neste final de século, época que tantas vezes é definida como aquela marcada por um processo que, genericamente, convencionou-se denominar de globalização. Após comentário inicial sobre algumas controvérsias em torno dos processos concomitantes de globalização e fragmentação, abordaremos a concepção de território através de um breve resgate histórico, relacionando as mudanças conceituais com as principais transformações sociais em curso.

Adiante, esboçamos uma síntese das principais linhas de interpretação ainda hoje vigentes sobre este conceito (ou noção), e finalizamos com uma proposta para uma caracterização das múltiplas faces do território em um período marcado pelos processos de globalização, tentando distinguir aí o que realmente há de novo e o que ainda reproduz antigos processos sociais, verificando assim como se manifestam novas territo-

rialidades como o *território-mundo*, propalado hoje por pesquisadores das mais diversas áreas.

Controvérsias em torno da globalização

O termo globalização, nascido no âmbito do discurso jornalístico de teor econômico, tornou-se palavra da moda e passou a ser utilizado de modo generalizado no discurso teórico de diversos campos do conhecimento. Podemos dizer, com alguma ironia, que o que mais se globalizou foi a adoção deste termo para indicar a disseminação em escala planetária de processos gerais concernentes às relações de trabalho, difusão de informações e uniformização cultural.

A idéia de globalização, neste fim de século, remete-nos de imediato a uma imagem de homogeneização sócio-cultural, econômica e espacial. Homogeneização esta que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto políticas e culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado.

Há que se considerar, porém, que tal idéia de homogeneização é falsa. Para ilustrar, tomamos como exemplo a anedota onde o remador das galés de uma nau trirreme romana sobe ao convés e diz ao capitão: “Assim não dá para continuar”; ao que o capitão, em meio a uma grande orgia, retruca “Como não? Estamos todos no mesmo barco!” Em síntese, pode-se dizer que está em curso uma homogeneização (mesmo que ela se refira apenas à consciência de que “estamos todos no mesmo barco”), mas que no entanto não atinge igualmente todos os segmentos sócio-espaciais, pois não somente ela se processa em pontos seletivamente escolhidos do globo terrestre como, em muitos casos, é obrigada a adaptar-se e/ou a reelaborar processos político-econômicos e culturais em nível local. Há que se considerar, ainda, que se há uma homogeneização *pelo alto*, do capital e da elite planetária, há também uma *homogeneização* da pobreza e da miséria, considerando-se que, na medida em que a globalização avança, ela tende a acirrar o processo de exclusão sócio-espacial.

Se muitos autores afirmam que o mundo contemporâneo vive uma *era de globalização*, outros, por sua vez, enfatizam como característica principal do nosso tempo a fragmentação. Globalização e fragmentação constituem na realidade os dois pólos de uma mesma questão que vem sendo aprofundada, seja através de uma linha de argumentação que tende a privilegiar os aspectos econômicos - e que enfatiza os processos de globalização inerentes ao capitalismo, seja através do realce de processos fragmentadores de ordem cultural, que podem ser um produto (vide o *multiculturalismo* das metrópoles com o aumento do fluxo de migrantes de diversas origens) e uma resistência à globalização (vide o islamismo mais radical).

HAESBAERT (1998a) distingue uma fragmentação inclusiva ou integradora, pautada numa lógica de *fragmentar para melhor globalizar* (como na formação de blocos econômicos), e uma fragmentação excludente ou desintegra-

dora, que pode ser ao mesmo tempo um produto da globalização (a exclusão fruto da concentração de capital no *oligopólio* central capitalista) ou uma resistência a ela (no caso de grupos religiosos fundamentalistas, por exemplo).

A maior parte dos estudiosos vê a globalização - ou a mundialização, termo utilizado geralmente como homônimo - antes de tudo como um produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo. Para alguns a distinção entre globalização e mundialização seria meramente idiomática: os ingleses preferindo a primeira, os franceses a segunda. No Brasil acabou se firmando a vertente anglo-saxônica, mas alguns autores diferenciam globalização - referida mais aos processos econômico-tecnológicos, e mundialização - referida mais aos processos de ordem cultural (v. por ex. ORTIZ, 1994).

Marx e Engels no *Manifesto Comunista* já destacavam o caráter globalizador do capitalismo. Ele se expande tanto em profundidade - ao reordenar modos de vida e espaços já organizados e consolidados - como em extensão - através da incessante incorporação de novos territórios. Movimentos estes, então, que deveriam tendencialmente caminhar em direção à produção de um *espaço global*.

As limitações deste trabalho não permitem aprofundar a questão das origens e bases históricas desse processo. Naturalmente, a globalização não ocorreu de forma linear e sem resistências; passou por fases de aceleração e crises, impulsos tecnológicos e refreamentos sócio-políticos e encontra-se, em períodos mais recentes, cada vez mais subordinada aos imperativos do capital financeiro e dos fluxos mercantis das grandes corporações transnacionais.

Cabe, entretanto, distinguirmos entre internacionalização e globalização. Internacionalização refere-se simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas capitalistas através das fronteiras nacionais, não se constituindo, portanto, em um fenômeno novo.

A globalização da atividade econômica (capitalista) é qualitativamente diferente: trata-se de uma forma mais avançada e complexa da internacionalização, implicando em um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas em escala planetária e a um crescimento cada vez mais pronunciado dos fluxos do capital financeiro de caráter volátil ou *fictício*.

A globalização - compreendida neste último sentido, portanto, é mais recente; acelera-se a partir dos anos 60 e consolida-se no decorrer da década de 70. Todo este processo é facilitado e torna-se possível conforme se acelera a velocidade da circulação, mediada pela técnica, em particular pelas novas formas de tele-comunicação e comunicação mediada por computadores (redes informacionais) que constituem a base material do "espaço de fluxos" do capital financeiro. Isto leva autores como CASTELLS (1996) a caracterizarem a sociedade atual como uma sociedade-rede, pautada naquilo que SANTOS (1985, 1994) denominou meio técnico-científico informacional.

A controvérsia entre globalização e fragmentação estabelece-se quando observamos que, ao lado destes processos dominantes de expansão e aprofundamento do capitalismo, que na década de 90 vai rapidamente incorporando ao seu domínio os antigos países socialistas, começam a surgir mobilizações em torno de propostas de contra-globalização.

Essas formas de resistência, bem como as próprias consequências mais diretas da globalização, conduzem a um processo de fragmentação que se manifesta na forma de exclusão, reforço de desigualdades etc. e constituem, assim, o pólo oposto aos processos hegemônicos pretensamente homogeneizadores. A simples emergência de muitas novas-velhas territorialidades antepõe-se à idéia de globalização na medida em que, dialeticamente, enquanto a globalização remete à idéia de unidade do diverso muitas territorialidades que hoje emergem são *per se* a própria diversidade.

Procuramos, aqui, trabalhar esta controvérsia em nível de territorialidades que, supostamente, são expressões destes processos recentes, sejam eles de globalização e/ou de fragmentação. Uma análise das territorialidades que surgiram no mundo contemporâneo - quer sejam de fato novas ou não - pode contribuir para uma melhor compreensão do próprio processo de globalização e, quem sabe, ajudar a superar as visões dicotômicas (globalização versus fragmentação ou global versus local) através de uma perspectiva dialética, tanto no sentido de uma globalização que fragmenta como no de uma fragmentação que ao mesmo tempo se antepõe aos processos mais gerais.

Para compreendermos até que ponto estas territorialidades em formação apresentam-se efetivamente como novas, impõe-se aprofundarmos, inicialmente, algumas questões relacionadas às concepções de território e territorialidade.

TERRITÓRIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Podemos partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a *civilização*. Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem (visão mais subjetiva) e ao se apropriarem ou, em outras palavras, *cercarem* este espaço (visão mais objetiva), constroem e, de alguma forma, passam a ser constituídos pelo território. No território, o espaço material, concreto, torna-se uma mediação na construção das relações de poder. Autores como RAFFESTIN (1992) propõem uma distinção, da qual nem todos partilham, entre espaço, *prisão original*, primeira, dos homens, e território, *a prisão que os homens constroem para si*.¹

Para SOUZA (1995), Raffestin *praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social, empobrecendo assim o arsenal conceitual à nossa disposição e não desenvolvendo a perspectiva relacional² a que*

o autor se propõe (p. 97). Na verdade o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído, como o caso de uma *cidade fantasma* no deserto americano, exemplificado por SOUZA).

Desta forma, o importante a enfatizar aqui é que a noção de território deve partir do pressuposto de que:

- primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos; o segundo é muito mais amplo que o primeiro.
- o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, *natureza*);
- o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que propomos denominar de *consciência, apropriação subjetiva* ou mesmo, em alguns casos, *identidade territorial*, e uma dimensão mais objetiva, que propomos denominar de *dominação do espaço*, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica³.

Esse espaço tornado território pelas relações de apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas *redes* e superfícies ou áreas *zonas*. É possível acrescentar então, que são elementos ou unidades elementares do território aquilo que Raffestin denomina de malhas - que preferimos denominar de áreas ou zonas, e as linhas e os nós ou pontos - que, reunidos, preferimos denominar de redes.

Nas sociedades tradicionais prevaleceria uma construção de territórios baseada em *áreas* ou

zonas e nas sociedades modernas predominaria a construção de territórios onde o elemento dominante seriam as redes ou a geometria dos pontos e linhas. A preponderância da dimensão mais subjetiva e/ou simbólica de apropriação do espaço nas sociedades tradicionais cede lugar, nas sociedades modernas, à dimensão mais objetiva e/ou funcional de dominação do espaço. Preponderância, note-se bem, pois nunca existiram espaços puramente simbólicos ou puramente funcionais⁴.

Se nas sociedades tradicionais o homem preenchia todos os *poros* de seu território através de uma apropriação simbólica onde, por exemplo, uma dimensão sagrada dotava de sentido o espaço em sua totalidade, nas sociedades modernas o território passa a ser visto, antes de tudo, numa perspectiva utilitarista, como um instrumento de domínio a fim de atender às *necessidades* humanas.

Podemos dizer, assim, que enquanto o território mais estável nas sociedades tradicionais era em geral fragmentador e excludente em relação a outros grupos culturais mas profundamente integrador e *holístico* no que se refere ao interior do grupo social, no mundo moderno capitalista a fragmentação territorial interna ao sistema é uma necessidade vital para a sua reprodução (a começar pela instituição da propriedade privada e pela dessacralização da natureza, divorciada do social), sendo que esta forma de organização territorial, cada vez mais moldada pela mobilidade, pelos fluxos e pelas redes, tende a fragmentar e, destarte, a assimilar todo tipo de cultura *estrangeira*.

A vinculação entre território e rede é extremamente polêmica. As abordagens vão desde aquelas que os distinguem de forma nítida, contrapondo as duas concepções (v. por ex. BADIE, 1995 e, de forma mais nuançada, LÉVY, 1993), até aquelas que vêem uma simbiose praticamente total entre elas, fazendo desaparecer a especificidade das redes no interior dos territórios. Uma tendência importante, contudo, é aquela que

propõe a rede como um elemento do território ou, no máximo, como uma das formas do território se apresentar. Ainda em 1981, BONNE-MAISON (p. 253-254) afirmava que:

um território antes de ser uma fronteira é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. (...) A territorialização (...) engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários quanto os lugares.

É polêmica também a relação território-lugar. Autores como TUAN (1983) chegam a preferir *lugar* em vez de *território*, e vários outros autores vêm trabalhando com a concepção de lugar como uma nova noção contraposta ao conceito de rede. Deste modo, o lugar pode ser visto como o espaço da unidade e da continuidade do acontecer histórico (SANTOS, 1996, p.132) frente ao espaço dos fluxos e da descontinuidade das redes (CASTELLS, 1996, p. 423).

Se partirmos, porém, da noção mais ampla de espaço geográfico como um espaço relacional, definido pelas relações sociais, o espaço dos fluxos (ou das redes) e o espaço dos lugares não podem ser dissociados, porque o espaço social não pode existir sem os fluxos, as redes. Neste sentido, a questão de CASTELLS: *como os significados espaciais podem ser ligados ou desenvolvidos no interior de uma experiência na qual o espaço dos fluxos... supera o espaço dos lugares?* (HENDERSON e CASTELLS, 1987) torna-se nada mais do que uma figura de linguagem⁵.

Iremos optar por uma posição em que:

- o território pode ser uma noção mais ampla que lugar e rede mas pode também, em muitos casos, confundir-se com eles;
- a rede pode ser tanto uma forma básica de expressão/organização do território (principalmente na atual fase *globalizante*) quanto um elemento constituinte do território;

- o lugar, enquanto espaço caracterizado pela contigüidade e por relações de co-presença (GIDDENS, 1991), é uma das formas de manifestação do território, e embora no *lugar* não se privilegiem os fluxos e as redes, estes não podem ser vistos em contraposição a ele.

No sentido de poder contribuir para a compreensão dessa mudança de significado do território, devemos analisar as formas com que hoje ele é apropriado, em um contraponto com as práticas sociais anteriores. Ora, o conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio (afetivo, cultural, político, econômico etc...) sobre/atraves de uma determinada parcela do espaço geográfico manifesta-se de diversas formas, desde a territorialidade mais flexível, permeável, até os territorialismos mais fechados.

Em uma visão geopolítica do território, enquanto espacialidade social contida por limites e fronteiras sob o estatuto de um Estado-nação, por exemplo (mas nunca restrita a ele), a territorialidade pode ser vista como a estratégia geográfica para controlar/atingir a dinâmica de pessoas, capital e informações através do domínio sobre o acesso de uma determinada área (SACK, 1986). O mundo contemporâneo, ao mesmo tempo que se abre a fluxos como os do capital financeiro globalizado, exhibe inúmeros exemplos de fortalecimento dos controles territoriais, como é evidente nas fronteiras internacionais que se fecham aos fluxos migratórios.

Existe, assim, uma imensa gama de territórios sobre a superfície do globo terrestre, a cada qual correspondendo uma igualmente vasta diversidade de territorialidades, com dimensões e conteúdos específicos. Uma das propriedades mais importantes a ser considerada é a da escala, pois a territorialidade adquire conotações muito distintas se a focalizamos no nível local, cotidiano, nos níveis *regionais* ou nos níveis nacional e supranacional. Igualmente, existem diversas con-

cepções de território de acordo com a sua maior ou menor permeabilidade: temos, desta forma, desde territórios mais simples, exclusivos/excludentes, até territórios totalmente híbridos, que admitem a existência concomitante de várias territorialidades. Embora em vários períodos da história apareçam territorialidades múltiplas, sobrepostas (vide os múltiplos domínios territoriais medievais), elas são uma marca indiscutível do mundo globalizado/fragmentado.

Para fins didático-analíticos, distinguimos as diferentes concepções de território a partir de três linhas de abordagem conforme a dimensão social que é priorizada (v. quadro 1), sabendo que o que temos na realidade são distintas formas de fusão de pelo menos três dimensões: a jurídico-política, sempre mais enfatizada, a cultural e a econômica.

toda definição de espaço geográfico e de território. Podemos mesmo partir da premissa de que as concepções de território, bem como aquela mais ampla, de espaço geográfico, transitaram ao longo do tempo entre uma visão mais naturalista ou naturalizante e uma visão mais culturalista ou sociologizante.

Na abordagem naturalista temos uma naturalização do território que pode se dar de duas formas:

- uma naturalização *biologicista*, que entende o homem/a sociedade como simples continuidade, extensão ou até mesmo raiz do mundo da natureza, tendo portanto um *destino natural* (como os próprios animais) de dominar certa parcela do espaço (seu *nicho ecológico*) e de seus recursos para sobreviver (evitando assim, na argumentação de seus defensores,

QUADRO I - AS ABORDAGENS CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO EM TRÊS VERTENTES BÁSICAS

dimensão privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	principais atores/agentes da territorialização	principais vetores da territorialização	perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos que se aproximam desta vertente
jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> • Estado-nação • fronteiras políticas e limites político-administrativos 	um espaço delimitado e controlado sobre/por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> • Estado-nação • diversas organizações políticas 	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	a abordagem de Allès (1980) a visão clássica de Ratzel
cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> • lugar e cotidiano • identidade e alteridade social • cultura e imaginário (imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo") 	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> • indivíduos • grupos étnico-culturais 	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> • divisão territorial do trabalho • classes sociais e relações de produção 	(des)territorialização é vista como produto e do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • empresas (capitalistas) • trabalhadores • Estados enquanto unidades econômicas 	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

O TERRITÓRIO ENTRE A CULTURA E A NATUREZA

Outra questão que merece um tratamento mais detido é aquela que diz respeito à indissociabilidade entre território e natureza, geralmente menosprezada pelos geógrafos. Com todas as controvérsias que esta diferenciação implica, natureza e cultura ou natureza e sociedade estão presentes (ou pelo menos deveriam estar) em

dilemas como a *superpopulação*); a tese de Gaia, da Terra como um grande ser vivo, pode levar a conclusões vinculadas a esta perspectiva de território;

- uma naturalização de fundo funcional-econômica (e, em última instância, imperialista), como na tese determinista de que um Estado ou uma civilização só se desenvolvem, *progridem*, a partir de sua expansão físico-ter-

ritorial; vide por exemplo as pan-regiões de Haushofer, ao longo de faixas longitudinais que iriam de um pólo ao outro, a fim de garantir, em cada uma delas, a diversidade e a auto-suficiência de recursos naturais;

Já no outro extremo, uma abordagem culturalista sobrevaloriza a constituição social do território, ao ponto de prescindir de qualquer base física ou *natural* para sua existência:

- numa visão que prioriza e sobrevaloriza o político (visão *politicista*), o território não passa de uma construção sócio-política, conjunto de normas ou forças que atuam sem ligação indissociável com a natureza ou com o ambiente físico socialmente construído;
- numa outra visão culturalista, de caráter sacralizador ou mitificador, o espaço que compõe um território não passa de uma apropriação simbólica, mítica, enquanto produto de uma sacralização totalizadora, *morada dos deuses* (ou o espaço se confundindo com os próprios deuses). Aqui, as leituras *culturalista* e *naturalista* do território acabam se confundindo, na medida em que a sacralização pode tornar completamente indissociáveis sociedade e natureza.

A verdade é que não podemos ignorar, principalmente enquanto geógrafos, que nossa definição de território precisa levar em conta a dimensão material e/ou natural do espaço, mas sem sobrevalorizá-la. É importante não esquecer que há sempre uma base *natural* para a conformação de territórios e que, dependendo do grupo social que o produz (por exemplo, as comunidades indígenas), a relação dos grupos sociais com a *primeira natureza* pode mesmo ser primordial na sua definição. As diferenças naturais atuam em si mesmas como uma espécie de território - neste caso preferimos utilizar o termo *domínio natural* - que, com a modernidade e sua dinâmica tecnológica, acabaram bastante relativizadas. Hoje, entretanto, com a intensidade das transformações sócio-econômicas, de efeitos imprevisíveis, essa relação volta a receber destaque.

Ecossistemas, biomas, desenvolvimento sustentável e biodiversidade são concepções que, sob prismas distintos, evidenciam esse *retorno* a uma natureza inerentemente ligada à dinâmica da sociedade.

O homem geralmente tem tratado o *espaço natural* exclusivamente como uma espécie de *territórios-domínio*, fechados em si mesmos, e não na sua imbricação com redes (tanto ligadas à própria dinâmica da natureza como socialmente construídas), vendo-o assim parcelizado, com fronteiras claras e não conectado através de fluxos globais. Vide os diferentes tipos de vegetação e solo e a dinâmica climática planetária - se os primeiros são marcados mais pela continuidade espacial, a segunda é marcada sobretudo por movimentos e fluxos globalmente conectados, e hoje nem um deles pode ser conhecido sem as múltiplas vinculações com as redes do capitalismo planetário.

Como já afirmamos, a diversidade natural foi uma das primeiras bases para a formação de territórios (e ainda o é em certos espaços/grupos sociais, como os indígenas da Amazônia, os tuaregues do Sahara ou os nômades mongóis e tibetanos). Fornecendo recursos diferentes e desigualmente distribuídos, bases físicas distintas para a ocupação, ela não só condicionou redes moldadas por uma divisão territorial do trabalho (especialmente nos setores extrativo e agrícola), mas também ajudou a moldar diferentes identidades territoriais, associadas às paisagens e ao tipo de recurso natural dominante.

Hoje, numa outra escala, aparece também a formação de territórios-reservas associados a uma rede de caráter mundial. As reservas naturais e os *patrimônios culturais da humanidade* podem ser considerados tipos específicos de território, produtos característicos da modernidade contemporânea⁶. Seu valor ao mesmo tempo simbólico e concreto e seu papel *conservacionista* parecem, a princípio, contradizer o espírito mutável da sociedade moderna ou, pelo menos, impor-lhe limitações de ordem ao mesmo tempo cultural e

natural para a transformação do espaço geográfico. A institucionalização de uma *natureza preservada* como objeto de contemplação na forma de *santuários naturais* (BERQUE, 1995) e, hoje, também como reserva biotecnológica, numa espécie de *territórios-clausura* (de acesso pelo menos temporariamente vedado), está sendo colocada em cheque na medida em que muitas espécies não irão sobreviver isoladas umas das outras, sendo imprescindível a criação de redes (corredores) que interliguem as diversas reservas, pelo menos aquelas pertencentes a um mesmo ecossistema.

ANTIGAS E NOVAS TERRITORIALIDADES

Se o território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial. Porém, se hoje o mapa da Europa, por exemplo, é redesenhado, retomando algumas configurações de muitas décadas atrás, porque falar em novas territorialidades? O que existiria de efetivamente novo?

Cabe aqui um breve parêntese, para considerarmos, ainda que de forma sucinta, a relação entre Estado e território e o seu caráter relativamente recente. No decorrer do século XX, até 1980, pode-se dizer que se consolidou uma identidade entre Estado e base espacial (ou, mais simplesmente, o *Estado territorial* moderno), a qual foi construída de distintas maneiras ao longo da história, construção em larga escala iniciada na alvorada da era moderna, no século XVI - salvo raras exceções, como a França (século VIII), Inglaterra (século XII) e Portugal (século XIII).

Esta indissociabilidade entre Estado (enquanto fonte de poder) e espaço (tornado território por estas relações de poder) propiciou de certa forma a construção de uma unidade de base territorial com limites político-administrativos definidos, unidade esta alcançada muitas vezes

mediante longos e extenuantes conflitos, em que identidades e culturas locais tiveram que se subordinar ou foram subjugadas, por um longo espaço de tempo, a uma identidade e cultura nacional alheia⁷. Temos, assim, no processo de construção dos Estados contemporâneos uma mescla de distintas identidades culturais/territoriais, que antes conformavam distintas territorialidades (variadas formas de apropriação de uma parcela do espaço por distintos grupos sociais). Neste processo de construção dos Estados nacionais temos a relação cada vez mais forte entre o Estado territorial e o Estado-nação, o Estado e seu território tendendo a promover uma única identidade, construída, vale ressaltar mais uma vez, através do processo de consolidação de uma identidade nacional, seja do ponto de vista cultural - em termos do partilhamento de uma cultura (língua, religião...) - que leva à asfixia de traços culturais e tradições minoritários, seja do ponto de vista da organização social mais ampla.

Por um longo período de tempo, portanto, diversas territorialidades, que hoje emergem com caráter de novas, foram subordinadas ou subjugadas coercitivamente, e permaneceram, por assim dizer, submersas, como é o caso de muitos processos em curso nos anos 90 no ex-bloco *socialista*. Cabe, portanto, questionar onde está aí a novidade.

O fato é que, se as velhas territorialidades pareciam mais nítidas ou mais fáceis de ser identificadas, hoje temos uma complexificação e uma sobreposição muito maior de territórios. De fato, muitas vezes não se tratam de novas territorialidades enquanto construção de novas identidades culturais; a novidade está mais na forma com que muitas destas territorialidades, imersas sob o jugo da construção identitária padrão dos Estados-nações, ressurgem e provocam uma redefinição (ou mesmo indefinição) de limites político-territoriais, alterando a face geográfica do mundo neste fim de milênio. Da intensificação do fluxo de pessoas de diferentes classes, línguas e religiões à intensificação do fluxo de mercado-

rias, capital e informações, tudo parece mais móvel, relativizando as fronteiras territoriais tradicionais como forma de controle. Hoje o espaço nacional cede rapidamente lugar aos espaços locais, seletivamente escolhidos para se inserirem nos circuitos da globalização.

Entre as características que regem a emergência destas novas-antigas territorialidades temos, inseridas nos processos de globalização/mundialização:

1. a formação simultânea de uma elite globalizada *vis à vis* uma enorme massa de excluídos que buscam reconstruir seus territórios, muitas vezes de forma reacionária e ainda mais discriminatória que a dos Estados-nações.
2. o fortalecimento dos processos de âmbito local frente ao *regional* e ao nacional - seja como meio de fortalecer condições para competir no mercado, seja como forma de resistência político-cultural;
3. o aparecimento de vínculos complexos de ordem concomitantemente local e global, sintetizado nos processos de *glocalização* analisados por ROBERTSON (1995), e, mais radicalmente, na formação de *translocalidades*, tal como proposto por APPADURAI (1997);
4. o recrudescimento de regionalismos e nacionalismos de ordem político-cultural - enquanto movimentos, pelo menos parcialmente, contra-globalizadores;
5. a formação de novas modalidades político-institucionais reguladoras do território através, por exemplo, de entidades supranacionais e de organizações não-governamentais.

Uma das causas fundamentais para essa reestruturação estaria nas mudanças do papel normativo e regulador do Estado, enquanto *aglutinador* de diferentes interesses, onde a fração no poder gozaria de uma autonomia relativa (POULANTZAS, 1978). Enquanto em alguns lugares há um enfraquecimento do Estado, que não tem mais meios de manter uma pretensa coesão nacional frente às disputas regionais e dos lugares para se globalizar (a *guerra dos lugares* a que

alude SANTOS, 1996), em outros, os nacionalismos são retomados, sob as mais diversas argumentações e colorações políticas, da esquerda ultra-radical à extrema direita. Estamos muito longe, entretanto, do *fim dos territórios*, como tentou defender BADIE (1995), mesmo se simplificarmos, grosseiramente, restringindo a noção de território às relações na escala do Estado-nação.

Por uma caracterização geral dos territórios

Como instrumento geral de análise e como síntese da multiplicidade de feições que o território e os processos de territorialização assumem num mundo dito globalizado, podemos afirmar que:

- a. A construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social. Assim, temos a princípio três possibilidades na fundamentação dos territórios, conforme eles estejam mais ligados a uma ou outra destas três esferas da sociedade. Num sentido mais material-funcionalista, o território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo.

Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais.

- b. O território, além de ter diferentes composições na interação entre as dimensões política, econômica e simbólico-cultural, pode ser visto a partir do grau de fechamento e/ou controle do acesso que suas *fronteiras* impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade. Assim, teríamos desde os territórios mais

abertos, de fronteiras permeáveis, intensamente conectados ou *resificados*, até aqueles mais fechados, quase *impermeáveis*. Entre os dois extremos desdobram-se os mais diversos níveis de permeabilidade ou flexibilidade (ver, por exemplo, a *territorialidade flexível* apontada por SOUZA (1995, p.87) para as metrópoles modernas).

- c. Uma propriedade geográfica fundamental diz respeito à continuidade e descontinuidade do território, ou seja, seu maior ou menor grau de fragmentação espacial. Territórios *globais* tendem a se fragmentar e ao mesmo tempo se re-articular pela presença de diversos tipos de rede que vinculam seus diversos *segmentos*. A velha estratégia do *dividir para melhor dominar*, embora mais complexa, também está presente no mundo contemporâneo, vide os exemplos da Bósnia e da Palestina. Neste sentido, mais tradicional, de território político buscando a condição de Estado-nação, a fragmentação geográfica não é, entretanto, como no passado, uma condição para a fragilização do poder, tendo em vista que este se dá sobretudo pela *capacidade conectiva* (de conexão) de cada fragmento do espaço.
- d. O território deve ser trabalhado sempre a partir de sua perspectiva temporal, já que envolve profundas transformações ao longo da história. Desse modo, tomando como referência as temporalidades de curta e longa duração tal como definidas por Fernand Braudel, temos desde os territórios *episódicos* ou *conjunturais*, que podem mudar ou mesmo desaparecer em questão de horas (como os territórios da prostituição em certas áreas das grandes cidades (RIBEIRO e MATTOS, 1996)), até os territórios de mais longa duração (como muitos Estados-nações), *estruturais* a uma sociedade. Com relação à temporalidade, devemos considerar também o caráter permanente, cíclico ou circunstancial do território.

- e. Outra característica a ser considerada é a maior ou menor instabilidade territorial, seja pela facilidade em recompor os desenhos fronteiros, seja pela facilidade em diminuir e aumentar o seu grau de acessibilidade. Logicamente esta instabilidade está amplamente ligada à maior ou menor fragmentação territorial e à duração de uma territorialidade no tempo, conforme comentado nos dois itens anteriores. A isso se soma ainda a maior ou menor superposição a que um território está submetido (item a seguir).
- f. Juntamente com o grau de instabilidade territorial encontramos a maior ou menor possibilidade de um território ser entrecruzado por ou se inserir no interior de outros, já que uma das características do mundo dito globalizado, conforme já destacamos, é promover uma complexa superposição de territórios. Vinculada a esta super ou interposição encontramos a questão da escala territorial: continua muito relevante para o geógrafo saber se uma territorialidade tem abrangência local, *regional*, corresponde aos limites do Estado-nação, ou é capaz de cobrir o mundo como um todo. Porém mais do que isto, é imprescindível, hoje, verificar até que ponto os territórios estão des-conectados nesta complexa teia de imbricação entre múltiplas escalas⁸.

UMA NOVA TERRITORIALIDADE POSSÍVEL: O TERRITÓRIO-MUNDO

Entre as novas territorialidades em gestação, talvez a mais surpreendente seja aquela que envolve a escala-mundo. É a sua existência, afinal, que de diversas maneiras coroaría os processos de globalização, de certa forma legitimando-os, na medida em que a dimensão política da globalização, o controle político dos fluxos (especialmente de capitais), é a menos evidente. Simbolicamente, territórios como aqueles das reservas naturais e patrimônios da humanidade podem ajudar na consolidação de uma identidade-mun-

do, capaz de unir numa mesma *rede-território* toda a civilização planetária, que pela primeira vez (desde a Segunda Grande Guerra) coloca em risco sua própria existência na superfície da Terra.

Estaríamos vivenciando um processo radicalmente novo de territorialização, pelo menos no que diz respeito à escala planetária, com a formação de uma nova identidade territorial, um novo espaço a controlar (e preservar) de maneira conjunta, a Terra em sua totalidade (ou a *Terra pátria*, no dizer de MORIN e KERN, 1993)? Esta possibilidade de uma *sociedade global* no sentido positivo, e não apenas negativo de opressão e controle (do Grande Irmão planetário, como diria George Orwell), coloca pela primeira vez na história a possibilidade de uma sociedade-mundo (LÉVY, 1992) onde valores como a democracia, a autonomia e os direitos humanos seriam de fato universalizados. Para isso, diríamos que uma nova identidade sócio-territorial, também planetária, torna-se imprescindível. Neste sentido, a consciência global dos problemas (ecológicos, político-militares, econômicos, médico-sanitários...) pode constituir um passo muito importante.

Lévy, numa visão a partir do contexto europeu, identifica como “problemas mundiais” contemporâneos aqueles relacionados ao meio-ambiente, às questões demográficas, médicas (Aids, cólera...), ao tráfico de drogas e ao armamentismo. Ressalta que “a questão é saber se, para um problema mundial, há também um tratamento mundial” (p.22), ou, em nossa opinião, se se tratam de questões que estimulam a integração (para sua resolução) ou se, por manifestarem uma situação de crise, evidenciam muito mais uma dinâmica de fragmentação do que de globalização.

O surgimento de uma opinião pública internacional (com uma mídia globalizada) e de uma política mundial (com entidades e instituições mundiais como a ONU, o Grupo dos Sete, o FMI e as ONGs) são respostas ainda tímidas, ou exclusivamente a serviço das grandes redes moldadas pela elite planetária. Em síntese, Lévy

afirma que “o homem em geral não tem maior significação hoje do que no passado; mas a generalidade dos homens ganha sentido” (LÉVY, p.214). O novo padrão que tenta moldar a sociedade vai gradativamente diminuindo as distâncias em nível planetário, ao ponto de, na sociedade-mundo de Jacques Lévy, termos uma *distância nula*, pois “*todos os pontos da Terra pertencem a uma mesma sociedade*” (LÉVY, p.23) através de redes sincronizadas.

Essa afirmação em nosso ver é hipotética - só valerá, se é que a sociedade-mundo está de fato se estruturando, para um grupo social muito seletivo. Talvez esteja se moldando assim, hoje, uma nova concepção de território: um território que, acoplando inúmeras redes, poderia dar-lhes uma unidade e incorporá-las, integrando-as num grande lugar, o TERRITÓRIO-MUNDO. Vide a polêmica teoria de Gaia, da Terra como um grande ser unitário, que, apesar de todas as críticas e do *naturalismo* (ou mesmo, por outro lado, do *espiritualismo*) a que está propensa, pode ter um importante papel ao demonstrar a necessidade dessa identidade-mundo, reunindo de maneira indissociável, num mesmo continuum sócio-espacial, a natureza e a sociedade. O problema é distinguir que grupos a utilizam/manipulam e que níveis de autonomia e em que escala estão realmente dispostos a difundí-la.

NOTAS

* Professores do Departamento de Geografia da UFF - Niterói. Os autores agradecem as observações e contribuições de Rainer Randolph e Jorge Luiz Barbosa na elaboração de algumas idéias aqui veiculadas.

1. Muitos autores preferem privilegiar a dimensão política ao definirem território. Souza (1995), por exemplo, enfatiza o *caráter especificamente político* (p. 84) do território, definindo-o como “um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (p. 97, grifos do autor).
2. Grifo do autor.

3. Pautamo-nos aqui na distinção feita por Lefebvre (1986) entre domínio e apropriação do espaço.
4. Vide por exemplo o caso de Brasília, típica cidade *funcional* moderna, construída visando ao mesmo tempo a funcionalidade no zoneamento estrito do uso do solo e na livre circulação de veículos e o simbolismo do poder, da *capital da nação*, através da imponência do seu urbanismo e da sua arquitetura.
5. Neste sentido, Moreira (1997), interpretando as noções de verticalidades e horizontalidades de Milton Santos, afirma que o lugar é ao mesmo tempo horizontalidade e verticalidade; por parte da primeira, ele "tem a capacidade de aglutinar numa unidade regional os elementos contíguos", enquanto por parte da segunda, temos "a capacidade desses elementos aglutinados de se inserirem no fluxo vital das informações, que são o alimento e a razão mesma da rede" (p. 4).
6. Embora o primeiro parque nacional tenha sido criado ainda no século XIX (Yellowstone, nos Estados Unidos), áreas de preservação natural só se difundiram efetivamente em nível global a partir das décadas de 1950 e 1960.
7. Isto se deu tanto através de manobras políticas relacionadas aos direitos de sucessão real (caso da Escócia anexada ao Reino Unido), como por acordos político-econômicos (caso da unificação da Alemanha no século XIX através da ação de Bismarck), lutas de unificação do território (caso da Itália) ou ainda pela coerção e força (países balcânicos que constituíam a antiga Iugoslávia) e pela definição arbitrária de espaços coloniais de dominação (vide a proposta a partilha da África no início do século XX) - estes, hoje, com fortes tendências ao esfacelamento a partir de conflitos de fundo étnico-territorial.
8. Uma tentativa de apreender empiricamente estas complexas des-conexões, da qual resultou um mapeamento de diferentes redes/escalas que perpassam as cidades, incluindo-as ou excluindo-as dos circuitos externos à *região* (no caso, o leste paraguaio), é o trabalho, ainda em desenvolvimento, resumido em Haesbaert, 1998b.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALLIÈS, P. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires, 1980.
- APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma Geografia *post-nacional*. *Rev. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 49, nov. 1997.
- BADIE, B. *La fin des territoires*. Paris: Fayard, 1995.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- BERQUE, A. *Les raisons du paysage*. Paris: Hazan, 1995.
- BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. *L'espace géographique*, Paris: n.4, 1981.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society (Informational Age I)*. Malden e Oxford: Blackwell, 1996.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *L'Anti-Edipe*. Paris: Editions de Minuit, 1972.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: EdUNESP, 1991.
- TUAN, Y. *Topofilia*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- _____. *Espaço & Lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- HAESBAERT, R. (org.) *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 1998a.
- _____. Des-conexão urbana e regional na periferia da periferia de um mundo em globalização. *Livro de Resumos, Encontro Internacional Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e o regional (uma homenagem a Michel Rochefort)*. São Paulo: USP, 1998b.
- HENDERSON e CASTELLS, M. (ed.) *Global restructuring and territorial development*. Beverly Hills: Sage, 1987.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1987.
- LÉVY, J. A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire? *Espaces Temps*. Paris, n. 51/52, 1993.
- LIMONAD, E. Cidades: do lugar ao território. Campinas: *III seminário de história da cidade e do urbanismo*. FAU - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1998.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). *Ciência Geográfica*. Bauru, AGB, n.6, 1997.
- MORIN, E. e KERN, A.B. *Terra pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- RANDOLPH, R. Comunicação: redes e novas espacialidades. Rio de Janeiro: *Workshop Internacional: comunicação, espaço e novas formas de trabalho*. IPPUR/UFRJ e CFCH/UFRJ, 1997.
- RIBEIRO, M.A. e MATTOS, R. B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. *Território*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, v. 1, n. 1, 1996.

- ROBERTSON, R. Globalization: time-space and homogeneity-heterogeneity. In: Featherstone, M. et. al. (orgs.) *Global modernities*. Londres: Sage, 1995.
- SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. et. al. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- STORPER, M. Territorialização numa economia global. In: Lavinhas, L. et. al. *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: P.U.F, 1996.

SUMMARY

This text is an introduction to the study of the new territorialities emerging in this end of century. We sintetize the main ways of interpretation present today about this concept (or notion), including the proposition for a characterization of the multiple dimensions of territory, verifying how new territorialities emerge, for instance, as the "world-territory" involving the processes of globalization/fragmentation.

KEYWORDS:

Globalization/Fragmentation; Territory; Territoriality; Network.

